



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

NOTA TÉCNICA Nº 7/2025/DEPG/SNPGB

PROCESSO Nº 48340.000192/2025-96

INTERESSADO: MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA.

1. ASSUNTO

1.1. Avaliação do Parecer nº 6/2025/MMA que apresenta a análise ambiental dos blocos exploratórios de petróleo e gás da Bacia Potiguar propostos para integrar a Oferta Permanente em regime de concessão.

2. REFERÊNCIAS

- 2.1. Ofício Circular nº 6/2025/MMA (1006226)
- 2.2. Parecer nº 6/2025-MMA (1006230)
- 2.3. Despacho SNPGB (1006350)
- 2.4. Resolução CNPE nº 17/2017 (0673793)
- 2.5. Portaria Interministerial MME-MMA nº 198/2012 (0735521)
- 2.6. Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 (0673649)
- 2.7. Manifestação Conjunta MMA/MME nº 2/2020 (0831205)
- 2.8. Informação Técnica nº 2/2019-CGMA/DILIC/IBAMA (0828295)
- 2.9. Despacho nº 6581934/2019-DILIC (0831206)
- 2.10. Manifestação Conjunta 06/2020, de 18/06/2020 (0838348)
- 2.11. Informação Técnica nº 15/2019-COPROD/CGMAC/DILIC (0828294)
- 2.12. Despacho nº 7769898/2020-DILIC (0987602)
- 2.13. Nota Técnica nº 90/2023/DEPG/SNPGB (0831018)
- 2.14. Ofício nº 15/2023/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (0826447)
- 2.15. Ofício nº 14/2023/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (1012561)

3. SUMÁRIO EXECUTIVO

- 3.1. Em 07 de janeiro de 2025, o MME recebeu o Ofício Circular nº 6/2025/MMA (1006226) que encaminha o Parecer Técnico GTPEG nº 6/2025-MMA (1006230) no qual são analisados 31 blocos de petróleo e gás na bacia sedimentar marinha de Potiguar.
- 3.2. Segundo o referido Parecer GTPEG, foram identificadas sensibilidades ambientais nas áreas indicadas, as quais justificam de elaboração de nova Manifestação Conjunta MMA/MME para essas áreas, com recomendação de exclusão imediata desses 31 blocos da Oferta Permanente.
- 3.3. Considerando que os blocos mencionados estavam em Oferta Permanente e que já foram objeto de Manifestações Conjuntas passadas, expedidas em 2020, as quais contaram com pareceres ambientais válidos dos órgãos ambientais competentes, esta análise foi elaborada com vistas a compreender os argumentos apresentados no Parecer GTPEG, as razões para a alteração de posicionamento do MMA e motivar um pedido de reconsideração, tendo em vista a importância do setor de E&P e a segurança jurídica e previsibilidade do licenciamento ambiental da região.

4. ANÁLISE

4.1. A Oferta Permanente de Concessão, implementada pela ANP com base na Resolução CNPE nº 17/2017 (0673793) e suas alterações, consiste na contínua oferta de blocos exploratórios e áreas com acumulações marginais de petróleo e gás natural. Os ciclos dessa oferta englobam todas as etapas necessárias para as sessões públicas de apresentação de ofertas, abrangendo os setores que possuem declaração de interesse. A cada ciclo, é divulgado um cronograma detalhado com informações sobre prazos, pagamentos, entrega de documentos e outras orientações relevantes.

4.2. O art. 6º da Resolução CNPE nº 17/2017 estabelece que o planejamento de outorga de áreas deve levar em consideração as conclusões de estudos multidisciplinares de avaliações ambientais de bacias sedimentares, com abrangência regional. Esses estudos visam subsidiar o planejamento estratégico de políticas públicas, proporcionando maior segurança e previsibilidade ao licenciamento ambiental de empreendimentos petrolíferos, em conformidade com as melhores práticas internacionais. Para as áreas cujos estudos ainda não tenham sido concluídos, as avaliações sobre possíveis restrições ambientais serão sustentadas por manifestação conjunta do MME e do MMA, nos termos do § 2º do mesmo artigo.

4.3. Os procedimentos, critérios e prazos para as manifestações conjuntas foram disciplinadas pela Portaria Interministerial MME-MMA nº 198/2012 (0735521) e, mais recentemente, pela Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 (0673649). Esta última, no inciso II do art. 2º, estabelece que, após a definição dos blocos ou áreas a serem ofertadas de forma permanente pela ANP e em se tratando de bacia sedimentar marítima, se faz necessário solicitar pareceres do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e, quando couber, de outros órgãos e entidades da administração pública. Os pareceres devem conter os normativos aplicáveis ao licenciamento ambiental das atividades de petróleo e gás; eventual sobreposição com unidades de conservação e suas zonas de amortecimento; eventual sobreposição com áreas de ocorrência de espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção; e eventual restrição ou recomendações de uso da terra contidas em zoneamento ecológico-econômico legalmente instituído. A deve solicitar que os pareceres sejam apresentados no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento de sua solicitação.

4.4. A ANP enviou solicitação de parecer ambiental de 218 blocos localizados nas Bacias que compõe a Margem Equatorial (Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar) em 17/02/2023 e ainda não recebeu manifestação desses blocos.

4.5. Com base nos pareceres emitidos para os blocos, a Manifestação Conjunta deve observar:

I - o estabelecido na alínea a) do inciso I da Portaria, que determina que as áreas dos blocos analisados **devem ser excluídas caso tenham sobreposição com unidades de conservação**, nos termos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, **excetuadas suas zonas de amortecimento e as Áreas de Proteção Ambiental (APA)**, que compõem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), conforme Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), cujas bases de dados georreferenciadas oficiais se encontram disponibilizadas no sítio do MMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);

II - o estabelecido na alínea c) do inciso II da Portaria, que exige que se **indique as áreas de sobreposição dos blocos com ocorrência de espécies da fauna ameaçadas de extinção**, com base nas informações georreferenciadas disponíveis no Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade - SALVE, do ICMBio, a partir da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção; e

III - o inciso III da referida Portaria, que versa sobre a necessidade de **indicação do potencial petrolífero**.

4.6. A manifestação conjunta do MMA e do MME deve ser emitida em até 60 dias a contar do recebimento dos pareceres encaminhados pela ANP, indicando as áreas que poderão ser disponibilizadas para licitação, e tem validade de 5 anos a partir de sua emissão, devendo ser revista e ratificada por iguais períodos, caso necessário.

4.7. Em função da interação da MME, do MMA e da Casa Civil, iniciou-se um esforço para reverter a situação de que a partir de junho de 2025, teríamos apenas 1 bloco à disposição na Oferta Permanente de Concessão, conforme ilustrado abaixo:

	dez/23	abr/24	jul/24	fev/25	mar/25	jun/25	dez/27	TOTAL
<b>TOTAL BLOCOS COM MC VENCIDA</b>	<b>186</b>	<b>23</b>	<b>135</b>	<b>77</b>	<b>17</b>	<b>324</b>	<b>1</b>	<b>763</b>
<b>ÁGUA PROFUNDA OU UP</b>		<b>23</b>	<b>39</b>	<b>51</b>		<b>140</b>		<b>253</b>
CAMAMU-ALMADA		4	8					12
CAMPOS		2		15				17
CEARÁ						3		3
ESPÍRITO SANTO			5			15		20
FOZ DO AMAZONAS						47		47
JACUIPE		3	2					5
PELOTAS			17	15		34		66
PERNAMBUCO-PARAÍBA		5				4		9
POTIGUAR				14		16		30
SANTOS		9	7	7		21		44
<b>ÁGUA RASA</b>	<b>5</b>		<b>96</b>	<b>26</b>		<b>133</b>		<b>260</b>
PELOTAS			29	26				55
POTIGUAR						1		1
SANTOS	5		67			132		204
<b>TERRA</b>	<b>181</b>				<b>17</b>	<b>51</b>	<b>1</b>	<b>250</b>
AMAZONAS					17			17
ESPÍRITO SANTO	16							16
PARANÁ						1		1
PARECIS						20	1	21
PARNAÍBA	4							4
POTIGUAR	69							69
RECÔNCAVO	21							21
SERGIPE-ALAGOAS	65							65
TUCANO	6					30		36

*Tabela 1 - Blocos exploratórios, por ambiente e bacia sedimentar, e o prazo de encerramento do período de 5 (cinco) anos das Manifestações Conjunta MMA-MME*

4.8. Como maioria dos blocos que iriam vencer a partir de 2024 eram no ambiente offshore, o MMA se posicionou sobre a necessidade do GTPEG/MMA emitir um novo parecer ambiental para revalidar as manifestações conjuntas vencidas e a vencer.

4.9. Nesse contexto, foi emitido um novo parecer ambiental dos 31 blocos da Bacia Potiguar, apresentado através do Parecer Técnico GTPEG nº 6/2025-MMA, que, para surpresa deste Departamento, solicitou a exclusão de todos esses blocos da oferta permanente de concessão. Ressalta-se que o parecer deste blocos não levou em consideração os 218 blocos que a ANP fez o pedido de solicitação de

4.10. Esta alteração de posicionamento do GTPEG/MMA, em relação a pareceres emitidos anteriormente, gera insegurança jurídica nos processos de licenciamento ambiental em andamento para blocos exploratórios. Vale ressaltar que, em 2023 e 2024, o Ibama emitiu licenças ambientais para a perfuração de dois poços nessa bacia.

4.11. A seguir, a análise será apresentada em tópicos que destacam os aspectos técnicos relevantes relacionados ao Parecer GTPEG avaliado.

## **Da Segurança Energética e Necessidade de Avançar em Novas Fronteiras**

4.13. Localizada no norte do Brasil, a Margem Equatorial (MEQ) é a porção marítima das Bacias da Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar. Trata-se de uma nova fronteira exploratória do País no ambiente offshore, com um potencial fantástico para a produção de petróleo e gás natural, trazendo desenvolvimento econômico para o país e, principalmente, para os estados do Amapá, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte.

4.14. A Margem Equatorial conta atualmente com 34 blocos exploratórios, o que equivale a 23,3 % dos blocos exploratórios localizados no offshore brasileiro.

4.15. A maioria dos blocos exploratórios da MEQ foram arrematados a partir da 11ª rodada de licitação da ANP, realizada em 2013.

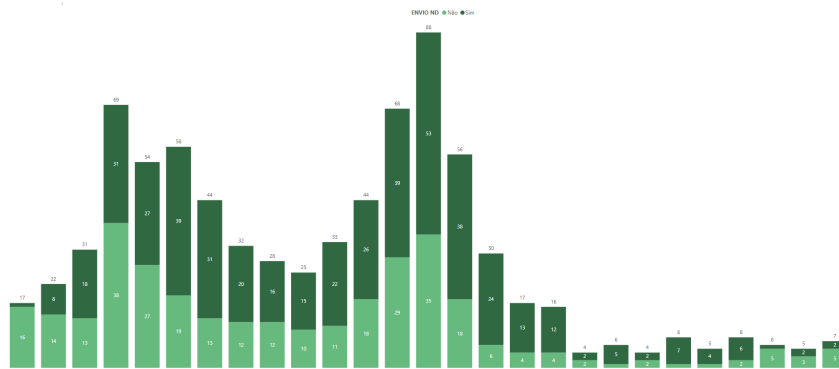
4.16. Com todo o potencial que se vislumbrava nas Bacias de Campos e Santos, a decisão de incentivar a exploração na MEQ, em 2013, era, a princípio, trazer desenvolvimento para os estados do Norte e Nordeste.

4.17. Hoje o cenário é completamente diferente. Não existiram grandes descobertas depois dos Campos de Tupi, Búzios e Mero nas Bacias de Campos e Santos. A produção do Campo de Tupi já está em declínio, e as projeções de produção para os campos de Búzios e Meros sinalizam para um pico de produção para o país, como um todo, de 5,4 milhões de barris de petróleo por dia entre 2029 e 2030.

4.18. Se não ocorrem novas descobertas, a partir de 2030 ocorrerá declínio da produção com risco de comprometer a segurança energética do país e passarmos para condição de importador de petróleo até 2040. Em relação ao pico de produção de 2030, projeta-se perdas de receitas governamentais na ordem de R\$ 1 trilhão de reais até 2050, com risco a perda de centenas de milhares de empregos gerados pelo setor de exploração e produção de petróleo e gás natural.



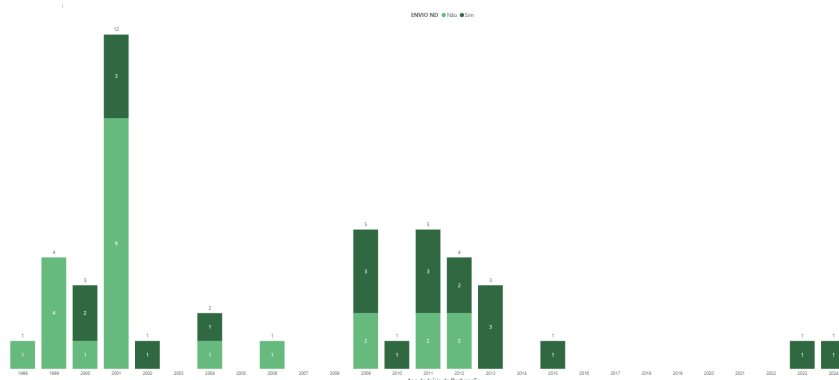
4.19. A atividade exploratória vem apresentando declínio de atividades no Offshore:



Poços Exploratórios no Offshore

4.20. Importante destacar que a intensa campanha exploratória a partir de 2006 foi responsável pela descoberta do pré-sal e dos Campos de Tupi e Jubarte e a revolução para o país.

4.21. Por outro lado, a perfuração de poços exploratórios na margem equatorial apresenta um perfil diferente. Houve um apagão na perfuração de poços exploratórios a partir de 2015, com retomada apenas em 2023, especificamente na Bacia Potiguar, onde foram perfurados dois poços exploratórios, ambos com descobertas. Ressalta-se que, desde 2013, **todos os 6 poços de 5 blocos exploratórios foram perfurados na Bacia Potiguar, e todos resultaram em descoberta.**



Poços Exploratórios na Margem Equatorial

4.22. Diante disso, reforça-se a preocupação com a conclusão do Parecer Técnico GTPEG nº 6/2025-MMA, que recomenda a retirada de **todos os blocos da Bacia Potiguar**. Atualmente, existem nove blocos na Bacia Potiguar, dos quais cinco tiveram poços licenciados e perfurados, sendo um em 2023 e um em 2024. Devido à relevância desses poços, eles foram listados no PAC.

4.23. Repor as reservas é vital para manutenção e ampliação da produção. Por isto, a exploração da MEQ representa oportunidade para suprir esta segurança energética do país.

4.24. O potencial da MEQ vem das grandes descobertas ocorridas a partir de 2015 nos países vizinhos da Guiana e do Suriname. As descobertas recentes desses países tem o potencial de ter 13,5 bilhões de óleo equivalente recuperáveis, praticamente dois campos de Tupi. A produção em 2032 pode atingir 1,8 milhões de barris de óleo equivalente por dia.

4.25. Necessitamos avançar nas campanhas exploratórias nas águas profundas e ultra-profundas da MEQ para confirmar o potencial petrolífero dessas Bacias e iniciarmos imediatamente os esforços para monetização dessas reservas e mantermos nossa produção, geração de receita e emprego.

4.26. É uma região conhecida da Petrobras com mais de 700 poços perfurados em águas rasas. Sem incidentes de vazamento de óleo, mesmo perfurando em áreas muito mais próximas da costa comparativamente aos blocos exploratórios atuais.

4.27. Para fazermos um paralelo, a produção do Pré-Sal da Bacia de Santos iniciou no final de 2010, em 2018 (menos de 1 década) a produção da bacia de Santos se igualou a da Bacia de Campos, com 1,2 milhões de barris de petróleo por dia. Atualmente a Bacia de Santos produz 2,7 milhões de barris de petróleo por dia (75% da produção de petróleo no Brasil).

4.28. Expectativa é que a MEQ possa se tornar em poucos anos o “novo pré-sal” brasileiro.

4.29. Existe uma previsão bem conservadora de que toda a MEQ tenha um potencial de 10 bilhões de barris de petróleo recuperáveis, mas

estudos recentes da EPE indicam que apenas na Bacia do Foz do Amazonas exista um potencial de 5 bilhões de barris de petróleo recuperáveis.

4.30. Os 10 bilhões de barris de petróleo recuperáveis significam investimentos projetados em R\$ 280 bilhões, geração de 350 mil empregos e participações governamentais superiores a R\$ 1 trilhão para uma produção que pode ultrapassar 1 milhão de barris por dia.

4.31. Trata-se oportunidade de desenvolvimento para o Norte e Nordeste. A MEQ que era uma oportunidade em 2013, virou uma necessidade nos dias atuais.

Da Situação dos Blocos da Bacia Potiguar reavaliados pelo Parecer Técnico GTPEG nº 6/2025-MMA

4.32. O Parecer Técnico GTPEG nº 6/2025-MMA (1006230), de 13 de janeiro de 2025, propõe-se a realizar a análise ambiental preliminar para subsidiar o posicionamento do MMA na elaboração de uma nova Manifestação Conjunta referente a 31 blocos marítimos na Bacia Potiguar. Esses blocos, distribuídos em quatro setores de águas rasas, profundas e ultraprofundas, possuem manifestações conjuntas válidas, a vencer em 2025, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1. Blocos em reavaliação para a Bacia Potiguar marinha e manifestações conjuntas válidas

Bacia	Quantitativo	Blocos	Validade Manifestação Conjunta MME-MMA
Potiguar (marinha)	14 blocos	Setor SPOT-AP2: POT-M-768, POT-M-770, POT-M-772, POT-M-774, POT-M-776, POT-M-861, POT-M-867, POT-M-954, POT-M-956, POT-M-1040, POT-M-1042	17/02/2025
		Setor SPOT-AUP2: POT-M-869, POT-M-871, POT-M-958	
	17 blocos	Setor SPOT-API: POT-M-309, POT-M-311, POT-M-389, POT-M-391, POT-M-393, POT-M-395, POT-M-473, POT-M-477, POT-M-479, POT-M-481, POT-M-483, POT-M-569, POT-M-573, POT-M-575, POT-M-671, POT-M-673	18/06/2025
		Setor SPOT-ARI: POT-M-852	

4.33. A localização dos 31 blocos da Bacia Potiguar reavaliados pelo Parecer GTPEG é apresentada na Figura 1 abaixo. **Esses blocos estão situados a sudeste dos blocos da Bacia do Ceará considerados aptos pela Manifestação Conjunta MME-MMA nº 10/2024.** Além disso, são relativamente próximos de dois blocos exploratórios sob contrato operados pela Petrobras desde 2006 (762 e 853) e de outros sete blocos contratados desde 2013, em uma região que também abriga diversos campos e poços em produção. Destaca-se, ainda, que o Bloco 871, localizado no extremo leste do conjunto, está a mais de 60 km do Atol das Rocas e a de 200 km de Fernando de Noronha.

Bacia Potiguar Offshore

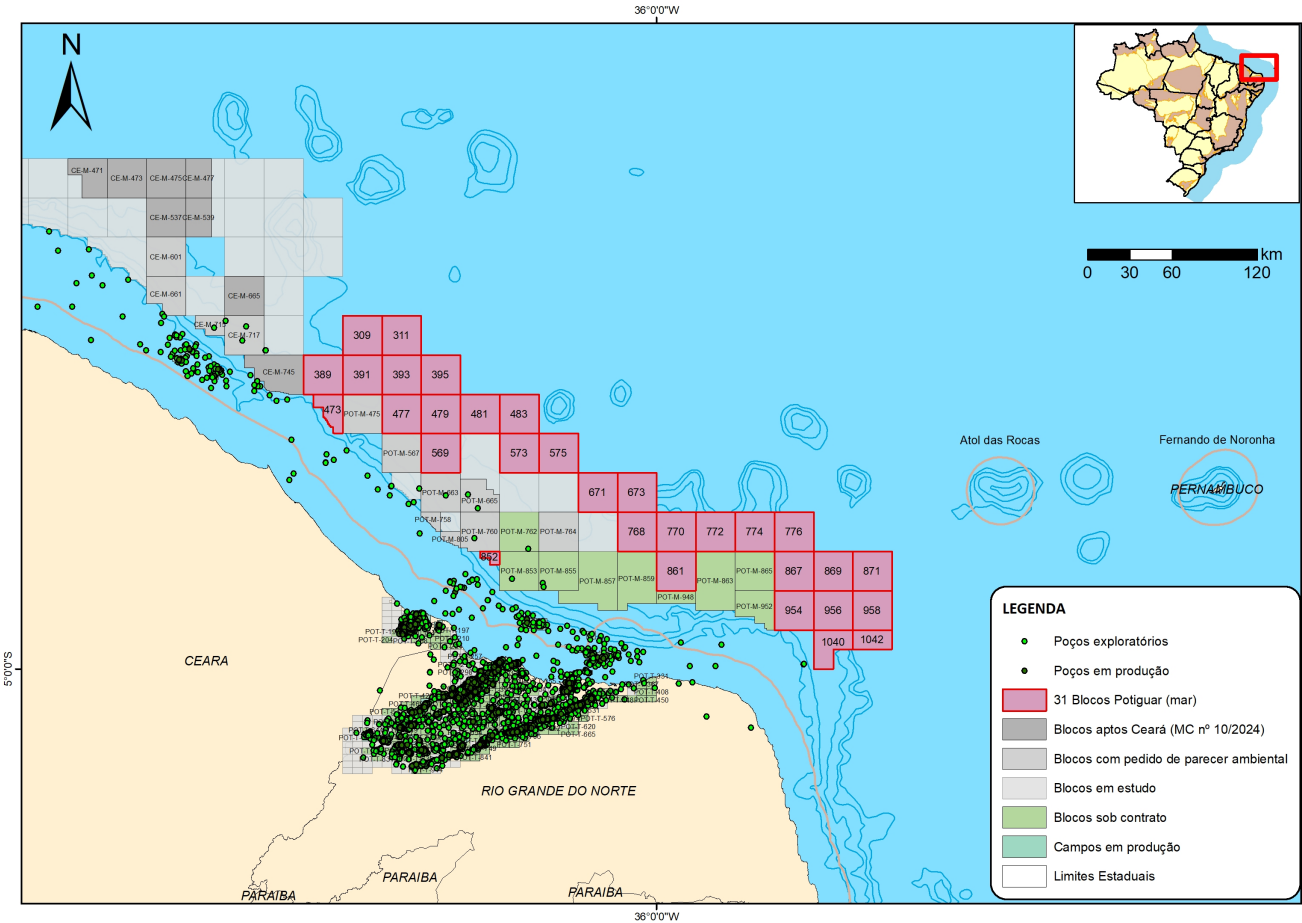


Figura 1 - Localização dos 31 blocos da Bacia Potiguar e atividades de E&P da região. Fonte: DEPG/SNPGB/MME, 2025.

4.34. Todos os mencionados 31 blocos da Bacia Potiguar já integraram ou ainda fazem parte da Oferta Permanente de Concessão, com respaldo de pareceres ambientais emitidos pelo ICMBio, Ibama e GTPEG em 2018 e 2019.

4.35. As áreas dos setores SPOT-AP2 e SPOT-AUP2, que incluem 14 dos blocos reavaliados, foram consideradas aptas anteriormente na Manifestação Conjunta MMA/MME nº 2/2020 (0831205). Essa avaliação consta na página 5, item 4.4.2, tabela 4 do referido documento. Tais áreas, especificamente, foram analisadas, à época, pelo Ibama por meio da Informação Técnica (IT) nº 2/2019-CGMA/DILIC/IBAMA (0828295), não tendo havido objeções à oferta dos blocos então apresentados.

4.36. O Despacho nº 6581934/2019-DILIC (0831206), que complementa a manifestação do Ibama, traz algumas considerações pertinentes ao licenciamento ambiental federal referente a esses blocos:

"Quanto a bacia marítima Potiguar, foram propostos **14 blocos em dois setores (SPOT-AP2 e SPOT-AUP2), com lâmina d'água superior a 200m e distância da costa superior a 100km**. Os blocos podem ser visualizados no Mapa 04 constante na Informação Técnica 2. **Os blocos do setor SPOT-AP2 foram analisados pelo Parecer Técnico GTPEG n. 1/2018**. Já os blocos no setor SPOT-AUP2 não foram objeto de manifestações anteriores, conforme apontado na Informação Técnica 2, sendo indicado que os blocos do setor SPOT-AUP2 localizam-se em áreas mais profundas e mais distantes da costa, se comparados aos demais blocos propostos para oferta. A Informação Técnica 2, apresenta contribuições para o licenciamento ambiental federal, quanto à necessidade de estudos/caracterização de bancos de rodólitos e corais de águas profundas para que a perfuração de poços e instalação de estruturas submarinas não interfiram nesses ambientes, interferência/conflito com a atividade pesqueira, e a necessidade de avaliação robusta quanto a vulnerabilidade do litoral, já que na área de entorno existem UCs, sendo necessário que os PEI sejam robustos o suficiente para resposta a acidentes, com exigência de recursos adicionais para resposta a emergências. Para os blocos dos citados setores não foram apresentadas objeções. **A Informação Técnica 2 indica a sobreposição dos blocos a Cadeia Norte do Brasil e explica quanto a relevância desse habitat para a biota aquática, sugerindo que a perfuração para exploração e produção deva, se viabilizada, ocorrer em profundidades superiores a 500 m**. Por fim, **conclui não haver objeções a oferta de blocos propostos. A partir do apresentado, concordo com a avaliação técnica.**"

(grifo nosso)

4.37. A manifestação do Ibama no Despacho DILIC destaca a existência de blocos a serem ofertados com sobreposição à Cadeia Norte do Brasil e, embora considerando a relevância do habitat regional para a biota aquática, **eventuais atividades de perfuração para exploração e produção devem ser realizadas em profundidades superiores a 500 metros**. De igual modo, a análise do Ibama constata que os blocos do setor SPOT-AP2 estão situados a uma distância da costa superior a 100km. Por fim, o Ibama conclui que não existem objeções à oferta dos blocos propostos.

4.38. Em relação aos 17 blocos dos setores SPOT-API e SPOT-AR1, estes foram considerados aptos pela Manifestação Conjunta nº 06/2020 (0838348), que não apresentou restrições à oferta dos blocos, conforme registrado na página 11, item 4.10.2 do documento.

4.39. A Informação Técnica nº 15/2019-COPROD/CGMAC/DILIC (0828294) do Ibama, ratificada pelo Despacho nº 7769898/2020-DILIC (0987602), embasou a oferta desses blocos e teve a seguinte conclusão:

"O Bloco POT-M-473 deve ser adequado de modo a excluir as porções a distância inferior a 50km da costa, bem como porções com lâmina d'água inferior a 50m. Para os demais blocos, entende-se que não existem impeditivos para a oferta, desde que observada as recomendações aqui constantes. Neste sentido, destaca-se que a atividade de perfuração em blocos sobrepostos a montes submarinos (POT-M-393, POT-M-395, POT-M-477, POT-M-479, POT-M-569, POT-M-671 e POT-M-673) deve ser realizada somente em profundidades maiores do que 500m e fazer uso de tecnologia de grande afastamento lateral com tecnologia ERW (Extended Reach Well) ou similar."

4.40. Nesse contexto, considerando que a Manifestação Conjunta nº 02/2020 expirará em fevereiro de 2025, e a nº 06/2020 em junho de 2025, os documentos que sustentam a oferta das 31 áreas não arrematadas no último ciclo perderão a validade. Como a ANP pretende manter essas áreas na Oferta Permanente de Concessão, é necessária a renovação da manifestação para essas áreas, o que depende da atualização da avaliação ambiental pelo GTPEG, apresentada no Parecer Técnico GTPEG nº 6/2025-MMA (1006230).

4.41. Cumpre destacar que os pareceres das Bacias Ceará e Potiguar não levaram em consideração o pedido de parecer ambiental da ANP ao Ibama e ICMBio sinalizados nos Ofícios nº 14/2023/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (1012561) e nº 15/2023/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (0826447), de forma que ainda temos 8 blocos na Bacia Potiguar e 4 blocos na Bacia do Ceará que não foram avaliados pelo GTPEG, destacados também na Figura 1.

#### **Das restrições ambientais para oferta dos blocos conforme a Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022**

4.42. De acordo com o estabelecido na alínea a) do inciso I da Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 (0673649), que determina a necessidade de **exclusão das áreas dos blocos em caso de sobreposição com unidades de conservação**, excetuadas suas zonas de amortecimento e as Áreas de Proteção Ambiental (APA), destaca-se que não há sobreposição entre os 31 blocos em reavaliação e UCs previstas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Essa constatação é registrada no item 48 do Parecer GTPEG nº 6/2025-MMA (pág. 10 do documento 1006230).

4.43. Ainda, com base no estabelecido na alínea a) e c) do inciso II da mesma Portaria, que exige a indicação das **áreas de sobreposição dos blocos com APAs e zonas de amortecimento das demais unidades de conservação, e de ocorrência de espécies da fauna ameaçadas de extinção**, o Parecer Técnico GTPEG nº 6/2025-MMA, em seu item 50 (pág. 11 do documento 1006230), informa que 21 dos 31 blocos estão sobrepostos com a proposta de criação de Unidade de Conservação Federal denominada "*Banco oceânicos das cadeias submarinas Fernando de Noronha e Norte Brasileira*", a qual consta na lista de processos prioritários do ICMBio. Trata-se de proposta de criação de APA, uma categoria de UC de uso sustentável, e o processo encontra-se em fase preparatória.

4.44. Em relação a indicação da fauna ameaçadas de extinção, o Parecer GTPEG apresenta, no item "IV.4. Sensibilidade da biodiversidade e Espécies ameaçadas de extinção", o Mapa de Compatibilidade entre a EPP&G e a Conservação da Biodiversidade nos setores estudados (Figura 3) e, na Tabela 5 (pág. 12 do documento 1006230), a lista das espécies da fauna sensíveis com registro de ocorrência ou modelagem de adequabilidade ambiental para os blocos exploratórios da Bacia do Potiguar. Entre as 63 espécies registradas, 13 estão Criticamente em Perigo (CR), 15 Em Perigo (EN), 25 Vulneráveis (VU).

4.45. Dessa forma, o parecer responde aos requisitos da Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022, **e não apresenta fundamentos técnicos, segundo os incisos I e II da mesma Portaria, que justifiquem, de forma imediata, a exclusão dos blocos avaliados**.

4.46. Contudo, o parecer vai além dos requisitos da Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022, apresentando outras informações ambientais consideradas na análise, que não justificam essa exclusão.

#### **Das Áreas prioritárias para a Biodiversidade**

4.47. O Parecer GTPEG nº 6/2025-MMA, em sua página 5, destaca que os 31 blocos analisados na bacia Potiguar se sobrepõem a 5 Áreas Prioritárias para a Biodiversidade: duas áreas com importância biológica extremamente alta (ZCM-42 e ZCM-51), com sobreposição parcial de 4 blocos; duas áreas com importância biológica muito alta (ZCM-43 e ZCM-45); e uma área insuficientemente conhecida (ZCM-137).

4.48. A ação principal para cada uma dessas áreas inclui: manejo de recursos para a ZCM-42, pesquisa para as ZCM-43 e ZCM-45, criação de UC de uso sustentável visando o ordenamento da pesca artesanal e do turismo para a ZCM-51, enquanto a ZCM-137 é área insuficientemente conhecida (Figura 2).



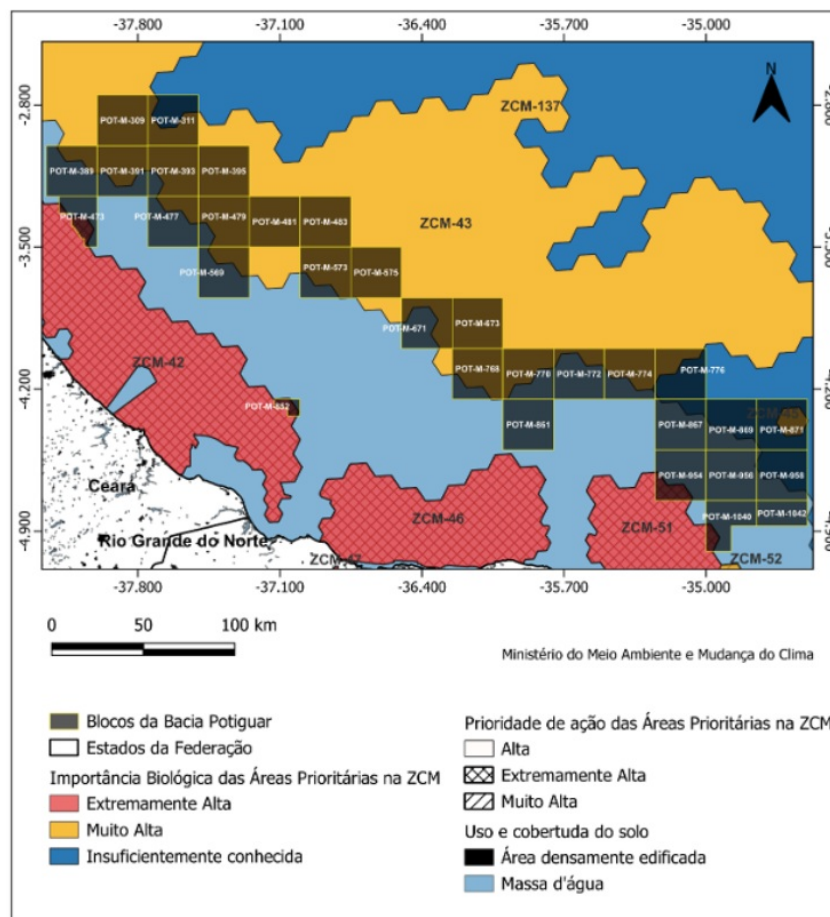


Figura 2 - Sobreposição das áreas em avaliação com Áreas Prioritárias para Conservação do MMA. Fonte: Figura 4 do Parecer GTPEG nº 6/2025-MMA.

#### Da Sensibilidade da biodiversidade e Espécies ameaçadas de extinção

4.49. Para a análise da sensibilidade da biodiversidade e das espécies ameaçadas de extinção, o Parecer GTPEG utilizou como referência o Plano de Redução de Impactos das atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Marinho sobre a biodiversidade (PRIM-PGMar). O Mapa de Compatibilidade (Figura 3) apresentou, para os quatro setores da Bacia Potiguar, predominância de Áreas de Baixa Compatibilidade com as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

4.50. Ressalta-se que o PRIM-PGMar é ferramenta de planejamento e gestão territorial utilizada para auxiliar a compatibilização da conservação da biodiversidade com o desenvolvimento da indústria petrolífera offshore, sem substituir qualquer etapa do rito de licenciamento. A sobreposição de blocos exploratórios com áreas de baixa compatibilidade não é, de imediato, um elemento impeditivo para a oferta dessas áreas, mas é um aspecto ambiental relevante a ser considerado. Todos esses fatores devem ser devidamente mensurados e balanceados durante o processo de licenciamento ambiental das atividades de E&P, na escala adequada, para se decidir sobre a viabilidade do projeto.

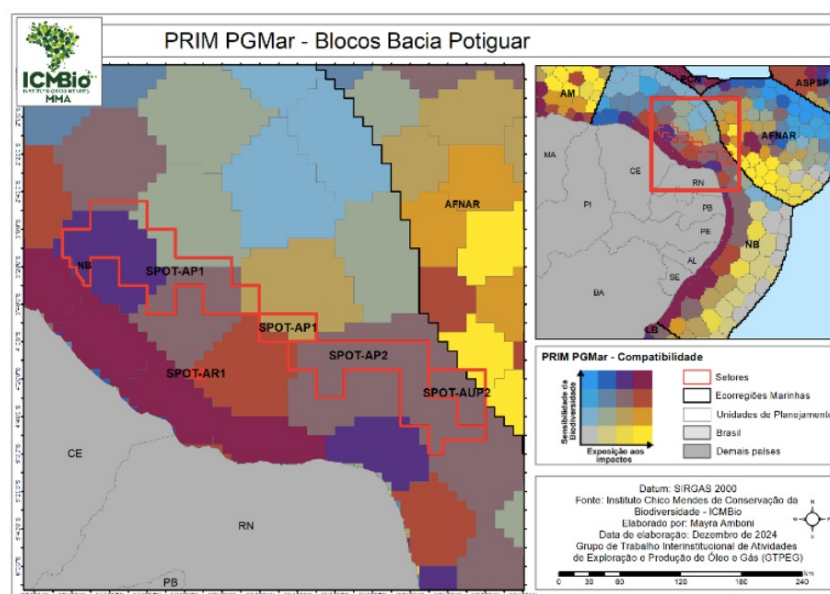


Figura 3 - Mapa de Compatibilidade entre a EPP&G nos setores avaliados. Fonte: Figura 10 do Parecer GTPEG nº 6/2025-MMA

#### Dos Recursos Pesqueiros

4.51. O Parecer GTPEG nº 6/2025-MMA apresenta informações sobre os recursos pesqueiros da região com base em dados da plataforma Global Fishing Watch (GFW). Em resumo, a análise indica que as áreas em estudo possuem atividade pesqueira, o que indica a presença significativa de

espécies importantes para a pesca. Além disso, muitos dos blocos estão localizados em áreas de montes submarinos, ecossistemas fundamentais para a manutenção dos recursos pesqueiros.

4.52. Não existe correlação entre os recursos pesqueiros e as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. Isso tem sido apontado em vários Projetos de Monitoramento do Desembarque Pesqueiro. Destacamos dentre as interferências observadas nas atividades pesqueiras, a sobreposição das atividades de produção de petróleo e gás, principalmente com relação às áreas de restrição à pesca determinada pela área de segurança de 500m estabelecida em normativa pela Marinha do Brasil. Na Bacia Potiguar, **a área total de restrição à pesca em função da presença física das plataformas de produção é de 19,63 km<sup>2</sup>, enquanto a área de pesca dos municípios monitorados é estimada em 7.928,95km<sup>2</sup>**. Quando comparada a área total de pesca utilizada pela frota monitorada e a área de restrição à pesca, devido a presença das plataformas de petróleo, observa-se que em **apenas 0,25% da área de pesca utilizada é proibida a prática da atividade pesqueira**.

4.53. Fazendo um paralelo com a Bacias de Santos, que o Projeto de Monitoramento do Desembarque Pesqueiro tem mais de 10 anos de execução, período esse em que foram perfurados 340 poços e que atualmente conta com 26 plataformas de produção de petróleo e gás. Assim, considerando o histórico dos dados obtidos e apresentados através de relatórios semestrais no âmbito do licenciamento ambiental federal junto ao IBAMA, órgão ambiental competente, observa-se que a interação das atividades de E&P e a atividade pesqueira artesanal não demonstram alteração relevante nesta última, não havendo até o momento indicativos de que as atividades de implantação dos empreendimentos e, posterior exploração de petróleo e gás, tenham gerado interferências significativas na atividade pesqueira que sejam passíveis de serem detectadas pela análise dos dados com base nos registros de captura descarregada e esforço pesqueiro.

4.54. Outro destaque se refere ao ESTUDO AMBIENTAL DE ÁREA SEDIMENTAR (EAAS) DA BACIA DE SERGIPE-ALAGOAS/JACUIPE, que chama a atenção para o efeito atrator das atividades de E&P Offshore, que tem ajudado a pesca, como destacamos abaixo:

#### V.2.5.2 - Sensibilidade das Áreas de Pesca

Outro conflito identificado na área de estudo está relacionado a pescadores e as atividades de O&G desenvolvidas na região e se refere às invasões de áreas de segurança de 500 metros no entorno das unidades marítimas em operação (perfuração ou produção) por embarcações pesqueiras locais e de outras regiões do Brasil.

Conforme destacado por THOMÉ DE SOUZA et al., (2012), **existem inúmeros relatos de pescadores na costa do estado de Sergipe sugerindo a formação de agregações de dourado, atuns e afins nas proximidades das estruturas offshore de O&G**.

**O efeito atrator de peixes com a consequente formação de um “pesqueiro” no entorno dessas unidades em operação tem sido relatado em diversos locais, como no Golfo do México e no mar Adriático** (BROWN et al., 2010; SCARCELLA et al., 2011; apud THOMÉ DE SOUZA et al., 2012) bem como na costa brasileira (JABLONSKI, 2003; MARTINS et al., 2005).

Para a captura de peixes pelágicos são utilizadas modalidades de pesca com linhas, como os espinhéis, linhas de mão e a vara com isca viva. Segundo JABLONSKI (2003) essas são as modalidades de pesca com maior possibilidade de interações com as unidades de perfuração e de produção de O&G, ou seja: a linha de fundo, de meia-água e de superfície para as estruturas posicionadas em águas rasas, assim como a pesca com espinhel (de superfície e de meia água), linha de mão e vara com isca viva nas regiões de águas profundas e ultra profundas.

Nas áreas de águas profundas e ultra profundas, a instalação de unidades de perfuração e de produção em Sergipe (como as do campo de Piranema e outras posteriormente) favoreceu o incremento da pesca de grandes peixes pelágicos na região, em especial nos últimos 10 anos. Esta pesca constitui-se em uma importante parcela da produção e da receita provenientes da atividade pesqueira neste estado, até o ano de 2014 e, para muitos, está diretamente relacionada à presença de unidades de perfuração e de produção na região (THOMÉ DE SOUZA et al., 2012; CARVALHO et al., 2015; CARVALHO, 2017).

O sombreamento criado pelas unidades de perfuração e de produção, o lançamento de restos alimentares triturados, bem como a presença de estruturas submersas vêm funcionando como atratores para essas espécies na área de estudo. A presença dessas unidades também em águas profundas trouxe para a região da bacia Sergipe/Alagoas uma nova frota pesqueira, proveniente, principalmente, de estados do Sudeste, como Santa Catarina e, predominantemente Espírito Santo, mas também do Rio de Janeiro e da Bahia, atraída pela presença de espécies de alto valor comercial.

Esse tipo de pesca na região despertou tamanho interesse, que levou parte das frotas de arrasto de camarões de Aracaju, Barra dos Coqueiros e Pirambu, por exemplo, a serem adaptadas para a atuação na pesca de grandes peixes pelágicos com linha e espinhéis (principalmente durante o período de defeso do camarão). Adicionalmente, mesmo embarcações pesqueiras artesanais de pequeno porte, com limitados recursos e autonomia, acabam por arriscar-se a alcançar essas áreas distantes da costa, na busca por melhores rendimentos com as capturas (CARVALHO, 2017).

Cabe ressaltar que, conforme apresentado por THOMÉ DE SOUZA et al., (2012), as estatísticas pesqueiras entre os anos de 1999 e 2007 apontavam uma produção discreta de atuns para o estado de Sergipe (cerca de 10 a 30 t/ano). Com a instalação da plataforma de Piranema e demais em águas profundas, **as capturas de atuns passaram a 116,3 t em 2010, 314 t em 2011, 1.188,9 t em 2012, 688 t em 2013 e 1.289,8 t no ano de 2014**, iniciando-se a partir de então, uma queda considerável nos desembarques desse grupo de peixes, alcançando apenas 31 t em 2016 (CARVALHO, 2017). Essa queda brusca nas capturas desse grupo de peixes é atribuída, segundo este autor, principalmente à retirada dos navios-sonda que se encontravam em operação naquela bacia.

A interface entre as frotas artesanal e industrial/empresarial em áreas distantes da costa, em águas profundas, caracterizam outro nível de sensibilidade, associada às restrições de circulação da frota pesqueira artesanal. Em razão do efeito atrator que as estruturas offshore de óleo e gás exercem sobre espécies de peixes de importância econômica, **é esperado, portanto, que a instalação de novas unidades de perfuração e de produção nas bacias de Sergipe/Alagoas e Jacuípe, venha a atrair embarcações pesqueiras (inclusive de empresas e de armadores de pesca) voltadas para a captura de grandes peixes pelágicos, para áreas onde, atualmente, não ocorre essa concentração de embarcações pesqueiras**. Essa é uma das tendências verificada para o cenário da pesca, especialmente com a expansão da atividade em águas profundas.

4.55. **Dessa forma, conclui-se que as atividades de E&P não afetam as atividades de pesca, podendo até ser benéfica.**

#### Da indicação de ecossistemas sensíveis

4.56. O Parecer GTPEG nº 6/2025-MMA, indica (pág. 7 do documento 1006230) que os blocos da Bacia Potiguar estão "em sua imensa maioria" sobrepostos à Cadeia Fernando de Noronha. Explica que a Cadeia Fernando de Noronha, juntamente com o Talude e a Cadeia Norte Brasileira, pode ser considerada um ecossistema único, formado por ilhas e montes submarinos de diferentes profundidades, como o Atol das Rocas, o arquipélago de Fernando de Noronha e os montes submarinos Sirius, Grande, Pequeno, Guara e Sudeste, entre outros. A região é influenciada pela Corrente Norte Brasileira (CNB), especialmente no inverno, gerando discretas ressurgências que aumentam a produtividade local. Além disso, destaca que a região foi reconhecida, internacionalmente, como *EBSA Banks Chain of Northern Brazil and Fernando de Noronha* no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica, e que Atol das Rocas e Fernando de Noronha foram designados Sítios Ramsar, no âmbito da Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, mais conhecida como Convenção de Ramsar.

4.57. A análise apresentada neste tópico do Parecer fundamenta-se no estudo do Observatório do Clima (2021), intitulado "[Ensaio sobre a caracterização ecossistêmica, circulação das correntes e a exploração de petróleo nos montes submarinos da Cadeia de Fernando de Noronha](#)". Esse estudo descreve as correntes superficiais e subsuperficiais na região da Bacia Potiguar e avalia a sobreposição de cinco blocos exploratórios com os bancos submarinos Guará, Sirius e Touros, da Cadeia de Fernando de Noronha. Dentre esses, traz especial atenção aos blocos 768 e 770, devido à sua sobreposição com o maior recife mesofótico da região, localizado no banco Sirius (Figura 4).

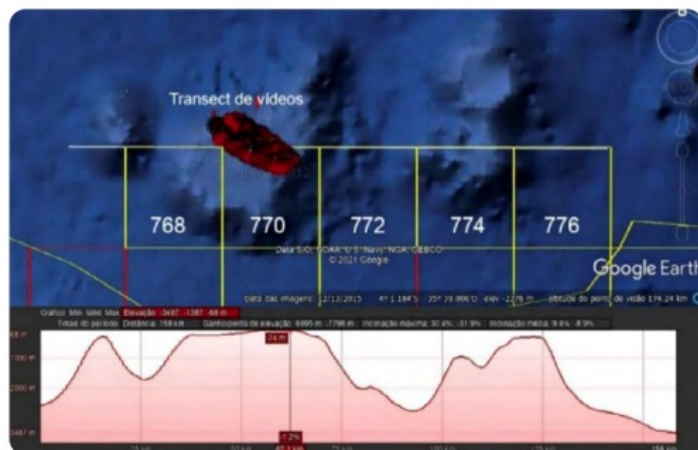


Figura 4 - Identificação do recife mesofótico da Cadeia de Fernando de Noronha. Fonte: Observatório do Clima, 2021 (pág. 24)

4.58. Ao final, o estudo conclui, com relação as atividades de petróleo e gás, que "*riscos existem e deveriam ser evitados*" nessa região, devido a sua importância ecológica, biológica e socioeconômica.

4.59. Entretanto, o Parecer GTPEG parece desconsiderar que o estudo original analisa a sobreposição de cinco blocos exploratórios sobre a Cadeia Fernando de Noronha, com maior ênfase nos blocos 768 e 770. Ao ampliar as conclusões para os 31 blocos avaliados no parecer, o GTPEG indica, desproporcionalmente, que todos os blocos estão sujeitos aos mesmos riscos ambientais e, com isso, cria um fator de sensibilidade ambiental para recomendar suas exclusões da oferta.

4.60. O estudo citado não fornece evidências suficientes para justificar essa generalização. A afirmação de que "*todos os montes oceânicos da Cadeia Fernando de Noronha, juntamente com o Talude e a Cadeia Norte Brasileira, fazem parte de um único ecossistema*" (item 86, da Conclusão, página 16), bem como de que um eventual derramamento de óleo impactaria toda a cadeia e regiões adjacentes, não se sustenta sem uma análise específica para cada bloco. Conclusões dessa magnitude exigiriam uma avaliação técnica mais detalhada, considerando as particularidades de cada área.,

4.61. Portanto, a recomendação de exclusão dos 31 blocos exploratórios da Bacia Potiguar, fundamentada nessa interpretação ampliada, não se mostra adequada.

#### Das Referências do Parecer Técnico GTPEG nº 6/2025-MMA

4.62. O Parecer Técnico GTPEG logo de início destaca que, em 2023, durante a vigência do edital do Leilão do 4º Ciclo da Oferta Permanente, foi proposta uma Ação Civil Pública (ACP) pelo Instituto Arayara, uma organização não governamental, exigindo a retirada dos blocos da Bacia Potiguar da Oferta. A ACP nº 0823842-23.2023.4.05.8300, avaliada por este Departamento na Nota Técnica nº 90/2023/DEPG/SNPGB (0831018), não apresenta elementos que justifiquem tecnicamente a exclusão dos blocos da Bacia Potiguar.

4.63. A ACP mencionada é citada nas referências do Parecer Técnico GTPEG nº 6/2025-MMA, sendo registrado que as informações constantes na ACP integram a análise apresentada no documento, no âmbito das atribuições ambientais do GTPEG. Ressalta-se que Observatório do Clima é uma rede de entidades ambientalistas da sociedade civil brasileira financiada por organizações sem fins lucrativos, como a ONG ambiental WWF.

4.64. Além disso, a mesma Nota Técnica registra que o Instituto Arayara já interpôs outras ações judiciais de natureza semelhante, com o objetivo de suspender licitações de blocos exploratórios, dentre as quais podem ser mencionadas:

- Ação Civil Pública nº 0806096-16.2021.4.05.8300
- Ação Civil Pública nº 5006604-36.2021.4.04.7200
- Ação Civil Pública nº 1068148-31.2021.4.01.3400
- Ação Civil Pública nº 1082979-50.2022.4.01.3400

4.65. Com relação a temática de derramamento de óleo da região dos blocos da Bacia Potiguar, o GTPEG deveria observar as modelagens de dispersão de óleo realizadas nos últimos 6 blocos licenciados no Ibama na Bacia Potiguar no qual são realizadas simulações probabilísticas da modelagem de dispersão de óleo na região. **Os resultados mostraram deriva do óleo, nessa região, preferencialmente para oeste e noroeste do ponto de vazamento, influenciada principalmente pela variação dos ventos e correntes sobre a plataforma continental.** As correntes da região fluem nestas direções e são dominadas pelo padrão da Corrente Norte do Brasil. **A probabilidade de deriva do óleo para a direção do Atol das Rocas e para Fernando de Noronha, que estão a leste-sudeste dos blocos reavaliados, é inexistente.**

#### Das Conclusões do Parecer Técnico GTPEG nº 6/2025-MMA

4.66. O Parecer GTPEG, em sua conclusão, destaca que os blocos de exploração de óleo e gás propostos na Bacia Potiguar estão sobrepostos com fatores de sensibilidade ambiental, incluindo:

- a) Áreas prioritárias para a Conservação;
- b) Áreas de ocorrência de espécies ameaçadas de extinção;
- c) Proposta prioritária de criação de nova Unidade de Conservação (APA);
- d) Áreas relevantes para os recursos pesqueiros;
- e) Áreas de Baixa e Muito Baixa Compatibilidade com as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural (PRIM-PGMar);
- f) Áreas de sensibilidade ambiental: montes submarinos da Cadeia Norte do Brasil e de Fernando de Noronha, denotando conectividade ecológica, e presença de áreas protegidas em especial o Atol das Rocas e o arquipélago de Fernando de Noronha, que são duas Unidades de Conservação Federais.

4.67. Diante disso, o GTPEG recomenda a exclusão integral dos 31 blocos da Bacia Potiguar da Oferta Permanente.



4.68. Reitera-se que grande parte desses fatores já tinham sido contemplados de alguma forma nos pareceres técnicos que embasaram as Manifestações Conjuntas nº 02/2020 e 06/2020, que não identificaram objeções à oferta dos blocos propostos, desde que observadas algumas recomendações, como a sobreposição de blocos aos montes submarinos e a restrição à perfuração em algumas áreas rasas.

4.69. Entre os novos elementos trazidos pelo Parecer de 2025, há a proposta de criação de uma APA na região, atualmente em fase preparatória no ICMBio, e o mapa do PRIM-PGMar, que reforça a predominância de áreas de baixa e muito baixa compatibilidade para E&P. Ambos elementos, conforme a Portaria Interministerial nº 1/2022, não implicam na exclusão automática das áreas sobrepostas, mas são aspectos que devem ser indicados na Manifestação Conjunta.

4.70. Quanto ao "dados técnicos e científicos mais recentes", citados no novo Parecer, estes incluem o estudo do Observatório do Clima (2021) que avalia a sobreposição de cinco blocos da Bacia Potiguar a montes submarinos da Cadeia Fernando de Noronha. Contudo, alerta-se para a necessidade de fundamentação técnica adicional caso se pretenda expandir essa interpretação para todos os blocos da bacia. Igualmente, é necessária cautela considerando o contexto em que esse estudo foi apresentado: no âmbito de uma Ação Civil Pública movida por uma organização não-governamental que historicamente busca a exclusão, a todo custo, de alguns blocos da Oferta Permanente.

4.71. Os rigorosos estudos de dispersão de óleo realizados durante o processo de licenciamento ambiental, dois deles que resultaram em perfurações de poços em 2023 e 2024 na Bacia Potiguar, não foram levados em consideração pelo GTPEG para afastar a hipótese de toque de óleo em Atol das Rocas e Fernando de Noronha.

4.72. Por fim, a análise não considera que parte desses blocos está localizada em uma região onde já existem atividades exploratórias em andamento, com contratos vigentes, campos em produção e infraestrutura estabelecida, elemento relevante para a contextualização da viabilidade da exploração na área.

#### **Da Necessidade de Segurança Jurídica e Previsibilidade - Pedido de Revisão do Parecer**

4.73. As Conclusões do Parecer Técnico GTPEG nº 6/2025-MMA representam um retrocesso em relação aos pareceres ambientais previamente emitidos pelo próprio GTPEG, IBAMA e aos processos de licenciamento ambiental recentemente realizados, gerando uma insegurança jurídica e falta de previsibilidade para a realização dos investimentos necessários para conduzir os futuros programas de avaliação das descobertas de 5 blocos e dos outros que estão por serem perfurados.

4.74. Não foi evidenciado neste Parecer qualquer motivação técnica que justificasse a mudança de atuação do GTPEG em relação aos outros pareceres emitidos no passado pelo GTPEG, pelo Ibama e pelo ICMBio.

4.75. Causa mais insegurança jurídica a solicitação do Parecer de retirada de 17 blocos listados no edital da Oferta Permanente de Concessão, publicado pela ANP em 18/12/2024. Em 16/12/2024, foi realizada uma reunião de acompanhamento do andamento das manifestações conjuntas na Casa Civil, onde o MMA apresentou solicitação de retiradas de blocos nas Bacias de Ceará e Espírito Santo. Não foi avaliado o mérito técnico desses pareceres por esse Departamento, pois foram liberados alguns blocos. Nada foi comentado sobre a Bacia Potiguar.

4.76. Ademais, como os pareceres ambientais solicitados pela ANP através dos Ofícios nº 14/2023/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (1012561) e nº 15/2023/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (0826447) não foram respondidos, ratificamos os pedidos da emissão de pareceres ambientais também para as Bacias da Foz do Amazonas, Para-Maranhão, Barreirinhas, além dos blocos não contemplados nos pareceres das Bacias de Ceará e Potiguar.

#### **5. CONCLUSÃO**

5.1. Diante da análise apresentada, verifica-se que a recomendação do Parecer GTPEG para a exclusão dos 31 blocos exploratórios da Bacia Potiguar baseia-se em elementos já contemplados nos pareceres técnicos anteriores, que embasaram as Manifestações Conjuntas nº 02/2020 e 06/2020, e **que não identificaram objeções à oferta dos blocos propostos.**

5.2. Inclusive a sensibilidade ambiental da região, marcada pela presença de montes submarinos de relevância para a biodiversidade e pela conectividade ecológica entre as áreas, já havia sido considerada nos documentos anteriores.

5.3. Entre os novos elementos trazidos pelo Parecer de 2025, há a proposta de criação de uma APA na região, **atualmente em fase preparatória no ICMBio e que necessitaria de uma manifestação do MME**, e o mapa do PRIM-PGMar, que reforça a predominância de áreas de baixa e muito baixa compatibilidade para E&P. No entanto, conforme a Portaria Interministerial nº 1/2022, esses fatores não determinam, por si só, a exclusão automática das áreas sobrepostas, mas sim a necessidade de sua indicação na Manifestação Conjunta.

5.4. Caso similar aconteceu na Manifestação Conjunta nº 7/2024, referente aos blocos da Bacia de Santos. O documento, devidamente assinado por ambas as Pastas, considerou aptos blocos sobrepostos à áreas de alta relevância para a biodiversidade ou de baixa compatibilidade para as atividades de E&P, indicando que essas áreas podem ir a leilão e que continuam sendo importantes do ponto de vista ambiental. Todos esses fatores serão devidamente mensurados e balanceados durante o processo de licenciamento ambiental das atividades de E&P, não sendo, de imediato, elementos impeditivos para a oferta dos blocos.

5.5. Quanto ao estudo do Observatório do Clima (2021), que aponta a sobreposição de cinco blocos com bancos submarinos da Cadeia de Fernando de Noronha, com maior atenção aos blocos 768 e 770, ressalta-se que a extrapolação das recomendações desse estudo para todos os blocos da bacia não se justifica sem fundamentação técnica adicional.

5.6. Adicionalmente, afirmação de que *"todos os montes oceânicos da Cadeia Fernando de Noronha, juntamente com o Talude e a Cadeia Norte Brasileira, fazem parte de um único ecossistema"* (item 86, da Conclusão, página 16 do documento 1006230), bem como a de que um eventual derramamento de óleo impactaria toda a cadeia e regiões adjacentes, não se sustenta pelas modelagens de dispersão de óleo realizadas nos recentes processos de licenciamento ambiental.

5.7. Além disso, o Parecer GTPEG parece não considerar que parte desses blocos está localizada em uma região onde já existem atividades exploratórias em andamento, com contratos vigentes, campos em produção e infraestrutura estabelecida, bem como a proximidade de blocos liberados para oferta por manifestação conjunta anterior (MC nº10/2024 - Bacia do Ceará offshore), elementos relevantes para a contextualização da viabilidade da exploração na área e com blocos recentemente licenciados pelo Ibama, que fazem parte dos projetos do PAC.

5.8. Dessa forma, não se identificam fundamentos técnicos consistentes no Parecer GTPEG nº 6/2025-MMA que justifiquem a mudança de posicionamento do órgão em relação aos blocos reavaliados. Assim, recomenda-se que a SNPGB envie pedido de reconsideração ao GTPEG/MMA quanto à recomendação de exclusão integral dos blocos da Bacia Potiguar, considerando a importância estratégica da região e para o país para a exploração de recursos petrolíferos e dar segurança jurídica aos 9 blocos exploratórios com contratos vigentes, 5 desses com existência de poços pioneiros perfurados e devidamente licenciados desde 2013, sendo que destes, 2 tiveram a perfuração finalizadas em 2024.

5.9. Adicionalmente, como o pedido de Parecer Ambiental das áreas a serem ofertadas, realizado pela ANP através dos Ofícios nº 14/2023/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (1012561) e nº 15/2023/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (0826447), não foram atendidos, recomendamos que nessa nova análise o GTPEG/MMA leve em consideração essas áreas também.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ranielle Noleto Paz Araujo**, Coordenador(a)-Geral de Dados e Informações de Exploração e Produção, em 04/02/2025, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Agenor Onofre Cabral, Diretor(a) do Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural**, em 04/02/2025, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mme.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mme.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1009935** e o código CRC **04C6CC80**.

Referência: Processo nº 48340.000192/2025-96

SEI nº 1009935